

Rio+20

Não houve avanço

Felippe Serigati*

ENTRE OS dias 13 e 22 de junho, a cidade do Rio de Janeiro abrigou a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (UNCSD), que ficou mais conhecida como Rio+20. Este evento ganhou tal nome em celebração ao 20º aniversário da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (Unced), que também foi realizada no Rio de Janeiro em 1992 e que ficou conhecida como Eco-92.

Para alguns, a Rio+20 era a mais importante conferência já realizada pelas Nações Unidas. Para outros, era nada além de mais um conjunto de reuniões nas quais muito se discute e nada é decidido. Ao final do evento, ficou a sensação de que o último grupo estava com a razão devido à falta de entusiasmo com relação aos avanços obtidos. Até mesmo o secretário-geral das Na-

ções Unidas, o sul-coreano Ban Ki-moon, classificou o resultado final do encontro como pouco ambicioso.

Principais entraves

Embora a complexidade e a abrangência do temas debatidos, que misturavam economia, meio ambiente e questões sociais, tenham sido os principais obstáculos para a construção de consensos, alguns pontos deixaram mais claras as divergências entre as delegações presentes:

1 - Não houve consenso a respeito de quem financiará o desenvolvimento sustentável. Países ricos, que estão passando por problemas econômicos, se recusaram a enviar ainda mais dinheiro para organismos multilaterais ou a capitalizar a maior parte de um fundo para financiar projetos “verdes”.

2 - De outro lado, os países emergentes não aceitaram exigências mais restritas quanto às suas metas de preservação e à redução de emissões. A posição destes países de “crescer primeiro e ficar verde depois” também foi bastante criticada pelos ambientalistas;

3 - Por sua vez, os países pobres rejeitaram alguns princípios da chamada economia verde, sob a justificativa de que isso poderia representar barreiras comerciais não tarifárias (também chamadas de ecoprotecionismo) e favorecer somente aqueles que já detinham as tecnologias que podem ser classificadas como “verdes”;

4 - Criação de um órgão ambiental multilateral que tenha poder regulatório. A União Europeia (UE) e o Brasil defenderam a criação da Organização Mundial do Ambiente, porém, países como EUA, Rússia, China e Índia recusaram-se a se submeter a um conjunto de regras externas regulando atividades ambientais.

Ao final da conferência, devido à falta de consenso, sobrou ao Brasil apenas duas opções, ambas desagradáveis:

a) encerrar o evento sem um documento final, tal qual aconteceu em Copenhague, durante a Conferência das Partes da ONU (COP-15), o que seria um fracasso ainda maior; ou

b) apresentar um documento de intenções, mas não de compromissos, livre dos pontos mais polêmicos e que, conseqüentemente, seria aprovado por todas as delegações.

A diplomacia brasileira escolheu esta última opção, divulgando o documento *O futuro que queremos*, pois garantiria ao menos que os acordos celebrados na Eco-92 fossem mantidos e que novas discussões sejam realizadas. ■

Rio+20: principais resultados

Apesar da forma desanimada com que a Rio+20 encerrou seus trabalhos, alguns pontos positivos foram obtidos. Entre eles, merecem destaque:

1 - Foi mantido o princípio de responsabilidades comuns, porém, diferenciadas, no qual países que mais se beneficiaram historicamente com a emissão de poluição sejam os que tenham de arcar com a maior fração das despesas relativas à preservação. Os países desenvolvidos querem que as nações emergentes, com especial destaque para o grupo dos Brics, aumentem sua participação neste rateio;

2 - Os governos se comprometeram a dar prosseguimento a um programa de mudança nos padrões de produção e consumo. Esta proposta já tinha sido rejeitada pela Assembleia-Geral das Nações Unidas, mas na Rio+20 o documento avançou e

foi aprovado pelos países participantes;

3 - Também houve o compromisso de organizar novos encontros e reuniões para estabelecer Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) que tracem metas quantitativas para energia, água, cidades e oceanos, tais quais as oito metas do milênio;

4 - Apesar da recusa dos países desenvolvidos de capitalizar um fundo para financiar projetos sustentáveis, foi acertado o compromisso de criação pela ONU de um comitê com 30 países que deverá discutir e apresentar um modelo de arquitetura financeira para a defesa da Terra;

5 - Por fim, de acordo com o governo brasileiro, a aceitação por parte das delegações de que a erradicação da pobreza é um “princípio indissolúvel” para o desenvolvimento sustentável também foi um dos grandes avanços obtidos.

*Doutorando em economia pela FGV/EESP e pesquisador visitante da UC Berkeley (felippeserigati@gmail.com)